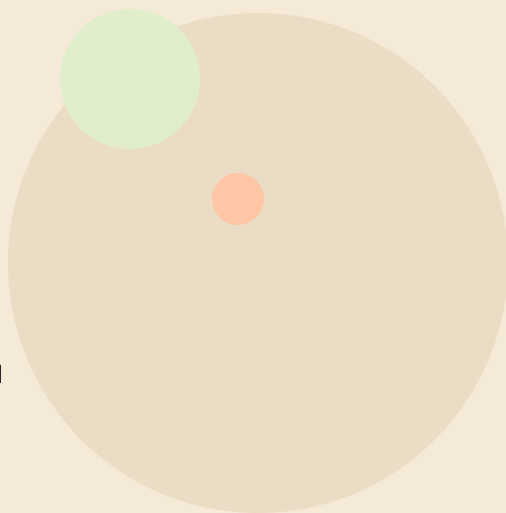

A Obra Aberta

Manual da Cocriação

DANIEL W. ASHWORTH

Nascendum



Título: A Obra Aberta
Subtítulo: Manual da Cocriação
Autor: Daniel W. Ashworth
Design da capa: Nascendum
Tradução: Nascendum

© Nascendum 2026
Todos os direitos reservados.

4 rue de la Mare Huguet,
93110 Rosny-sous-Bois, France
www.nascendum.com
editor@nascendum.com
Tel. +33 6 95 72 27 41

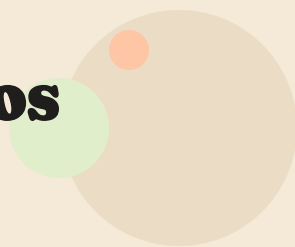
ISBN: 979-10-990295-0-8

Índice

Introdução	1
E se não tivéssemos recebido um mundo pronto?	1
Capítulo 1 — O que significa criar?	7
Capítulo 2 — Deus e a cocriação	15
Capítulo 3 — Liberdade	23
Capítulo 4 — Como funciona o processo cocriativo	31
Capítulo 5 — Cocriação entre pessoas	45
Capítulo 6 — Cocriação em sistemas	55
Capítulo 7 — Cocriação e futuro	67
Capítulo 8 — Cocriação e transcendência	79
Conclusão — Participar na criação	89
Glossário	93
Anexo — Instrumentos	99
Notas e referências	107
Criar não é fabricar	7
A criação não terminou	9
O mundo inacabado	11
Se Deus cria, o que fazemos nós?	15
A criação como relação	18
Por que razão a cocriação exige liberdade?	23
Liberdade e responsabilidade	26
As condições: ambiente cocriativo	32

Abrir e fechar: divergência e convergência	34
Decidir: síntese, voto e desacordo registrado	37
Como se simula e como se impede	40
Cocriação e relações	45
Cocriação e educação	47
Cocriação e trabalho	51
Cocriação e conhecimento	55
Cocriação e tecnologia	59
Cocriação e vida comum	63
O futuro não está simplesmente à nossa espera	67
Temos responsabilidades perante quem ainda não nasceu?	69
Quando a criação se torna destruição	72
Cocriação não é substituir Deus	79
O que não nos cabe decidir	80
Criar com aquilo que recebemos	84

E se não tivéssemos recebido um mundo pronto?



Uma pessoa nasce. Não escolhe a língua que vai falar, a família que a recebe, o país onde cresce, o século em que existe, o corpo que habita. Tudo isso já está presente quando ela chega. A realidade antecede-a. A história antecede-a. A linguagem antecede-a. E, no entanto, essa mesma pessoa não recebe um guião fechado. Recebe condições. Não recebe um destino.

A diferença entre condições e destino é o ponto de partida deste livro. Uma condição limita, mas também possibilita. Uma criança que nasce numa determinada família não pode escolher outra. Mas dentro dessa família, com essa língua, nesse lugar, nessa época, existe espaço para resposta. A condição não elimina a ação. Enquadra-a.

O que recebemos ao nascer não é pouco. Recebemos uma língua com séculos de uso. Recebemos conhecimentos acumulados por gerações que não conhecemos. Recebemos instituições, leis, técnicas, costumes, paisagens transformadas, infraestruturas, hábitos. Recebemos um corpo com capacidades e limites que não determinámos. Recebemos uma natureza com processos que não inventámos. Nada disso começou connosco.

Mas a receção não é passiva. Uma criança aprende a língua que a rodeia e, ao aprendê-la, começa imediatamente a utilizá-la de maneiras que ninguém previu. Combina palavras que nunca tinham sido combinadas daquela forma. Faz perguntas que os adultos não esperavam. Produz significados que não estavam inscritos na língua recebida. A

língua existia antes dela. Mas a língua não permanece idêntica depois dela.

A essa maneira de receber chamaremos participação ativa: não o simples facto de estar presente num processo, mas o envolvimento consciente que acrescenta algo àquilo que se recebe — uma pergunta, uma combinação nova, uma energia que o processo por si só não continha. A participação ativa distingue-se da presença: uma criança pode estar sentada numa sala sem participar; participa quando o que faz altera, ainda que ligeiramente, aquilo que recebeu.

Como qualquer prática de cocriação, também esta pode ser simulada — bastando estar presente sem contribuir, ou contribuir sem que nada do que é dito tenha peso no resultado. Uma pergunta vai atravessar este livro: não se houve presença, mas se aquilo que foi dito teve peso — se foi compreendido, se foi considerado e, quando não foi adotado, se foi rejeitado por razões que se podem dizer. A mudança visível é um indício, não uma prova. Uma decisão pode mudar só na aparência; e pode manter-se depois de uma consideração genuína.

Este padrão repete-se em todos os domínios da atividade humana. Um estudante recebe conhecimentos e, ao compreendê-los, pode formular uma pergunta que altera o campo inteiro. Um trabalhador recebe uma profissão e pode inventar uma maneira diferente de a exercer. Uma pessoa recebe relações — família, amizade, vizinhança — e pode criar relações que não existiam antes. Uma geração recebe instituições e pode reformá-las. O mecanismo é sempre o mesmo: uma realidade recebida, uma resposta que a transforma, uma novidade que passa a existir.

Este mecanismo possui uma estrutura reconhecível. Existe uma condição prévia: algo que já está presente e que não foi produzido por quem agora age. Existe uma operação: a pessoa interpreta, combina, transforma, acrescenta. Existe um resultado: uma possibilidade que antes não estava realizada passa a fazer parte da realidade. A condição não é escolhida. A operação é. O resultado depende de ambas.

A este mecanismo chamaremos cocriação. O prefixo não é decorativo. Aquilo que a pessoa transforma foi, em grande parte, produzido por outros — pelas gerações que formaram a língua, as técnicas, os conhecimentos e as instituições que ela recebe —, e o resultado só existe porque esses contributos e o dela se combinam. Mesmo quem trabalha sozinho cria com outros. Não se trata de uma metáfora para a produtividade. Não se trata de uma exortação à criatividade individual. Trata-se de uma descrição de algo observável: aquilo que recebemos e aquilo que produzimos não são momentos separados. São a mesma operação vista de dois ângulos. Recebemos para poder transformar. Transformamos a partir daquilo que recebemos.

A cocriação acontece em dois planos, que este livro distinguirá sempre. No primeiro, o da herança, quem age transforma aquilo que outros produziram antes dele: a criança que fala, o compositor que escreve sozinho, a cientista que formula uma hipótese. A língua é o caso extremo deste plano: muda pelo uso acumulado de milhões de falantes que nunca se encontraram. No segundo, o do processo cocriativo, várias pessoas contribuem para o mesmo processo, o resultado depende do contributo de cada uma e todas são transformadas por ele: uma amizade, uma equipa que decide, uma comunidade que se organiza. Todo o processo cocriativo pressupõe o primeiro plano; nem toda a cocriação no primeiro plano é um processo cocriativo. Fora de ambos fica a simples presença: estar numa sala, ou numa consulta, sem que nada do que se diz tenha peso no resultado não é cocriação em nenhum dos sentidos. As ferramentas dos capítulos 4 a 7 — escuta ativa, divergência, convergência, rastreabilidade — dizem respeito ao segundo plano.

Isto não significa que sejamos criadores no mesmo sentido em que a tradição teológica atribui criação a Deus. Não produzimos o ser a partir do nada. Não escolhemos as condições fundamentais da nossa existência. Não determinamos sozinhos os resultados daquilo que fazemos. A cocriação, na perspetiva teológica que este livro adota, é

aquilo a que o capítulo 2 chamará criação participada: a criatura cria dentro de uma realidade que não deu a si própria. E essa condição implica limites, dependências e responsabilidade.

Também não significa que o mundo seja uma matéria indiferente à nossa disposição. O mundo possui estrutura, leis, resistências, processos próprios. A matéria não obedece a qualquer vontade. As outras pessoas possuem liberdade própria. Os ecossistemas têm ritmos que não podemos ignorar. A história produz consequências que não controlamos. Criar é sempre criar dentro de uma realidade que nos precede e que não nos pertence.

O que este livro procura fazer é compreender este mecanismo: como funciona, que condições exige, que implicações produz, que riscos contém, que responsabilidades gera. A pergunta que o organiza não é «Como podemos ser mais criativos?». É outra: «Que tipo de realidade se torna possível quando reconhecemos que recebemos e transformamos simultaneamente — e que consequências isso tem para a forma como vivemos, trabalhamos, nos relacionamos e decidimos?»

Essa pergunta desdobra-se em várias. O que distingue criar de fabricar? Se existe uma origem da realidade que não somos nós, que lugar ocupa a nossa capacidade de transformar? Que relação existe entre liberdade e criação? Como funciona um processo em que várias pessoas decidem juntas, e como se distingue da sua simulação? Como se cocria numa relação, numa sala de aula, num trabalho, num sistema de conhecimento, numa tecnologia, na vida pública de uma cidade? Que responsabilidades temos perante quem ainda não nasceu? Quando é que a criação se torna destruição? Que decisões sobre aquilo que recebemos não nos cabem? E o que significa, afinal, criar com aquilo que recebemos?

São estas as perguntas que o livro percorre. Não para oferecer respostas definitivas. Para tornar o mecanismo visível e as suas consequências reconhecíveis. Porque aquilo que não compreendemos dificilmente conseguimos praticar com responsabilidade.

Muitas destas perguntas têm uma longa história. A ideia de que a criatura colabora na obra criadora é antiga na teologia cristã, e várias das ferramentas descritas nos capítulos 4 a 7 — a escuta ativa, a divergência e a convergência, a segurança para discordar — foram estudadas pela psicologia, pela pedagogia e pela teoria das organizações. O livro não usa notas de rodapé, para não interromper a leitura; as notas no fim indicam, capítulo a capítulo, de onde vêm os conceitos e com que autores o texto se cruza. O que o livro procura acrescentar é a ligação entre estas peças: um mesmo mecanismo, seguido do plano teológico ao das decisões concretas, e cada ferramenta posta à prova contra a sua própria simulação.

O mundo que habitamos não nos foi entregue pronto. Foi-nos entregue com possibilidades ainda não realizadas. A questão não é se vamos participar. Já participamos. A questão é se vamos participar com compreensão.